ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

1. Abertura, quórum e pauta

Participantes: Alex Domingues de Castro Santos
José Roberto dos Santos
Rafael de Jesus Freitas

Às 10 horas do 14 de outubro de 2026, atendendo ao calendário das reuniões ordinárias previamente estabelecido, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Itapecerica da Serra – ITAPREV, acima identificados.
Verificada a presença dos membros e o quórum necessário para instalação da reunião, o Superintendente procedeu à abertura dos trabalhos e à leitura da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise e deliberação pelos presentes.

Foi apresentada a pauta contendo os assuntos relacionados ao acompanhamento da carteira de investimentos, cenário macroeconômico, fluxo de caixa, execução orçamentária, rentabilidade, meta atuarial, enquadramento da carteira, análise de riscos, credenciamento e monitoramento das instituições financeiras, investimentos específicos, ALM, Política de Investimentos, Resolução CMN nº 5.272/2025, assuntos regulatórios e demais matérias pertinentes à gestão dos recursos previdenciários.

2. Aprovação da ata anterior e pendências

Foi apresentada aos membros a ata da reunião anterior, sendo realizada sua leitura e análise.
Aprovada sem ressalvas.

3. Cenário econômico, execução orçamentária e fluxo de caixa

3.1 CENÁRIO MACROECONÔMICO

Os mercados brasileiros exibiram performance bastante positiva ao longo do mês de setembro. A curva de juros nominal fechou de modo consistente ao longo de seus vencimentos, destacadamente nos trechos de maior prazo; o real apresentou marginal apreciação diante do dólar; e o Ibovespa avançou em torno de 5,0%. Mais interessante que os movimentos propriamente ditos foi o fato de terem ocorrido num período majoritariamente adverso para boa parte dos mercados globais. Inegavelmente, particularidades domésticas permitiram aos ativos do Brasil navegar em direção distinta daquela observada no exterior. De um lado, indicadores econômicos e comunicações do Banco Central do Brasil (BCB) reforçaram a percepção de que o Copom dispõe de espaço para seguir com o processo de calibração da política monetária.

De outro lado, com a aproximação das eleições gerais, o caminhar das semanas foi acompanhado por aumento da confiança dos investidores na possibilidade de troca do comando do governo federal, ao mesmo tempo que cresceu a percepção de avanço do espectro da direita nas disputas estaduais e no Congresso Nacional. Na conjuntura global, o principal elemento de desconforto veio do mercado de títulos soberanos. As curvas de juros abriram de forma expressiva, sobretudo nos vencimentos mais longos, movimento que alcançou diferentes economias e atuou como importante detrator para os ativos de risco. Nos EUA, em determinado momento, os yields das Treasuries de 10 anos superaram 5,20%, alcançando o maior patamar em aproximadamente duas décadas. Diversos drivers estiveram por trás de tamanha

movimentação. Problemas fiscais e estruturais das principais economias desenvolvidas, a maior resiliência da atividade econômica, comunicações mais duras de membros do Fed e as incertezas geopolíticas atuaram, em intensidades diferentes, para pressionar as taxas de longo prazo. Especificamente nos EUA, a reunião do Fed foi um dos eventos mais importantes do período. A autoridade monetária elevou a taxa básica de juros em 0,25 p.p., com uma decisão unanimemente tomada pelos membros votantes.

No Brasil, a agenda macroeconômica forneceu diversos argumentos para a melhora dos mercados, especialmente no que concerne ao futuro da política monetária. Logo no início do mês, o PIB do 2T26 mostrou crescimento de 0,5% T/T, desacelerando frente aos 1,1% T/T verificados no trimestre anterior. Mais importante, sua composição revelou perda de força justamente nas linhas mais sensíveis ao ciclo econômico. A indústria de transformação e a construção civil recuaram, o setor de serviços perdeu ímpeto e o consumo das famílias contraiu 0,4%. Em nossa avaliação, o resultado confirmou que os efeitos defasados da política monetária restritiva começaram a sobressair diante dos estímulos fiscais e creditícios implementados ao longo do primeiro semestre. As divulgações posteriores reforçaram a mesma mensagem. O IBC-Br de julho recuou 0,22% M/M, algo que ocorreu mesmo após a forte contração do índice em junho; a Pesquisa Mensal de Serviços mostrou estabilidade do setor na margem, permanecendo virtualmente sem crescimento desde o fim de 2025.

Desse modo, esperamos outros dois cortes de 0,25 p.p. nas reuniões restantes deste ano, levando a Selic para 13,25% ao término de 2026, além da continuidade do ciclo de cortes em 2027. Por fim, seria impossível explicar o desempenho dos mercados brasileiros em setembro sem incorporar a política e o calendário eleitoral. Conforme o mês avançou e as eleições gerais se aproximaram, pesquisas de intenção de voto passaram a sugerir uma disputa cada vez mais apertada pela Presidência da República. Se, no começo do período, a leitura era de ausência de um claro favorito, nas semanas seguintes diferentes levantamentos passaram a mostrar empate técnico entre Lula e Flávio Bolsonaro e, em algumas pesquisas, vantagem do candidato da direita nas simulações de segundo turno. Ao mesmo tempo, aumentou a confiança em relação ao avanço de candidaturas do espectro da direita nas disputas estaduais e na composição do Congresso Nacional.

Para os mercados, o saldo das informações foi interpretado como aumento da probabilidade de alternância de poder e de uma mudança na condução da política econômica a partir de 2027. Assim, setembro talvez seja melhor compreendido justamente pelo contraste entre o Brasil e o restante do mundo. Enquanto a forte abertura das curvas globais de juros, os riscos fiscais nas economias desenvolvidas, as incertezas em torno do Fed e a turbulência geopolítica impuseram um pano de fundo pouco convidativo para ativos de risco, o mercado brasileiro encontrou dois importantes amortecedores. O primeiro veio da confirmação de que a economia segue em processo de desaceleração controlada e de que, diante de uma dinâmica inflacionária ainda razoavelmente benigna, o Copom tem espaço para continuar reduzindo a taxa Selic. O segundo surgiu do cenário eleitoral, que, ao longo das semanas, passou a ser interpretado de maneira mais favorável pelos investidores. Com as eleições batendo à porta, obviamente devemos esperar muita volatilidade nos negócios. Porém, caso o contexto político não provoque uma deterioração expressiva da taxa de câmbio e o cenário macroeconômico siga evoluindo conforme o por nós imaginado, entendemos que continuam presentes argumentos relevantes para uma boa dinâmica dos mercados brasileiros nos próximos meses.

Fonte: Carta Mensal. Somma Asset Management, Setembro 2026.

3.2. IMPACTOS DO CENÁRIO MACROECONÔMICO SOBRE A CARTEIRA

Após análise do cenário apresentado, o Comitê avaliou os possíveis impactos sobre os investimentos do ITAPREV, especialmente quanto:

- às posições em renda fixa;
- aos títulos públicos federais;
- aos títulos privados e crédito privado;
- às Letras Financeiras;
- à renda variável;
- aos investimentos no exterior;
- aos investimentos estruturados;
- aos fundos imobiliários;
- à liquidez da carteira;
- aos riscos de mercado, crédito e concentração.

O Comitê deliberou pela manutenção do acompanhamento da rentabilidade da carteira ao cenário econômico.

3.3. FLUXO DE CAIXA PREVIDENCIÁRIO

Foram analisados os fluxos de entradas e saídas de recursos previdenciários, considerando:

- arrecadação prevista;
- contribuições efetivamente recebidas;
- compensação previdenciária;
- parcelamentos;
- pagamento de benefícios;
- despesas administrativas;
- demais obrigações do RPPS;
- necessidade de liquidez;
- disponibilidade para investimentos.

3.4. RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Foram analisados os recursos destinados à taxa de administração, considerando sua segregação em relação aos recursos previdenciários e sua respectiva aplicação.

Foram verificadas as necessidades de liquidez para pagamento das despesas administrativas e a adequação das aplicações às finalidades dos recursos.

3.5. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

Conforme quadro apresentado, as arrecadações de contribuições no mês foram de R$ 7.083.176,52 (Sete milhões, oitenta e três mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) que as despesas projetadas, podendo o saldo positivo ser aplicado para constituição de reserva futura.

As despesas executadas no mês foram de R$ 2.550.398,12 (Dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e oito reais e doze centavos), considerando a concessão de benefícios e demais despesas previdenciárias inclusive taxa administrativa, observadas as projeções do cálculo atuarial e a execução efetiva do período.

	NO MÊS	NO ANO	RECEITA PREVISTA PARA 2026	RECEITA ATUALIZADA
RECEITAS	7.083.176,52	81.605.439,38	93.688.000,00	93.688.000,00

	NO MÊS	NO ANO	DOTAÇÃO	SALDO 2026
DESPESAS	2.550.398,12	20.784.608,25	93.688.000,00	72.903.391,75

	NO MÊS	NO ANO
SALDO	4.532.778,40	60.820.831,13

4. Análise da carteira e movimentações

Após análise da carteira, do fechamento contábil e conciliação bancária, o Comitê de Investimentos usando das prerrogativas previstas no inciso VI, art. 6º do Regimento Interno, bem como dando continuidade a estratégia de cautela na exposição da carteira, adotada para este ano, deliberou por unanimidade a aplicação de R$ 39.964.053,34 (Trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos) e resgates no importe de R$ 36.273.277,89 (Trinta e seis milhões, duzentos e setenta e três mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos), conforme discriminação abaixo:

APLICAÇÕES

BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP FIC FIF – R$ 998,00
Utilização dos recursos da taxa administrativa.

CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF REF DI LP - RESP LIMITADA – R$ 24.000.000,00
Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. resgates dos fundos CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES (R$ 5.000.000,00), CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF (R$ 14.341.914,29).

CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF – R$ 6.049.504,41
Fundo de investimentos de resgate e aplicação automático vinculado a conta movimento do RPPS.

ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM – R$ 9.913.550,93
Aplicação registrada no mesmo valor do resgate (movimentação líquida zero).
Reenquadramento de Classe do ativo realizado pelo gestor, em atendimento a regulamentação CVM 175.

RESGATES

BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO – R$ 4.821,70
Utilização dos recursos da taxa administrativa.

BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP FIC FIF – R$ 300.239,31
Utilização dos recursos da taxa administrativa.

CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI RF – R$ 5.000.000,00
Resgate para diversificação da carteira em ativos de menor risco.

CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF – R$ 14.341.914,29 (encerramento da posição)

Resgate para diversificação da carteira em ativos com melhor relação risco x retorno. Fundo de investimentos com rentabilidade muito abaixo em compara ação a mesmo tipos de investimentos e investimentos da mesma gestora.

CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF – R$ 6.712.751,66
Fundo de investimentos de resgate e aplicação automático vinculado a conta movimento do RPPS.

ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM – R$ 9.913.550,93
Resgate registrado no mesmo valor da aplicação (movimentação líquida zero).
Reenquadramento de Classe do ativo realizado pelo gestor, em atendimento a regulamentação CVM 175
Repasse das contribuições dos entes – Ainda se estima o recebimento de aproximadamente R$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais) que serão utilizados aproximadamente R$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos reais) para pagamento de benefícios e custeio do RPPS. O Saldo restante ficará aplicado no fundo CX BR DISPONIBILIDADE para futura diversificação da carteira.
Composição da carteira, rentabilidade, meta atuarial, desempenho dos ativos e quadro consolidado de aplicações, resgates e demais movimentações submetidas ao Comitê, com valores, justificativas e deliberações.

4.1. PATRIMÔNIO
Recursos previdenciários: R$ 606.744.055,35
Recursos da taxa administrativa: R$ 13.686.451,68
Patrimônio total: R$ 620.430.507,03

4.2. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO
Renda Fixa: 80,33%
Renda Variável: 12,67%
Investimentos Estruturados: 6,97%
Fundos Imobiliários: 0,03%

4.3. LIQUIDEZ DA CARTEIRA
Conforme levantamento realizado, a carteira do RPPS possui 70,85% de liquidez em até 30 dias.
Foram analisadas também as posições com liquidez:
0 a 30 dias 70,85% R$ 439.555.236,78
1 a 2 anos 9,89% R$ 61.329.492,97
Acima 2 anos 8,42% R$ 52.267.034,70
31 a 180 dias 7,39% R$ 45.863.283,66
181 a 365 dias 3,45% R$ 21.404.642,03

O Comitê avaliou a compatibilidade da liquidez disponível com o fluxo projetado de pagamentos de benefícios e demais obrigações do RPPS.

4.4. CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA
Foram analisados os níveis de concentração por instituição financeira, emissor, gestor, fundo e segmento.

O Comitê avaliou a concentração existente e sua compatibilidade com os limites legais, regulamentares e da Política de Investimentos.

5. Enquadramento e análise de riscos

5.1 ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA – RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025

A carteira do RPPS encontra-se em processo de acompanhamento e readequação às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, que regulamenta as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social.

O Comitê procedeu à análise do enquadramento dos investimentos, considerando: segmento, ativo, concentração, emissor, instituição, requisitos dos fundos e ativos, prestadores de serviços, Política de Investimentos, estudo de ALM e demais exigências regulamentares.

CLASSE	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Renda Fixa	80.33%	R$ 498.359.697,09	
Renda Variável	12.67%	R$ 78.636.176,60	
Estruturados	6.97%	R$ 43.218.477,25	
Fundos Imobiliários	0.03%	R$ 205.339,20	
Total	100%	R$ 620.419.690,14	

5.2. SITUAÇÃO DO ENQUADRAMENTO

No fechamento do período:

Não foram identificados desenquadramentos ativos.:

5.3. INVESTIMENTOS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 5.272/2025

Foram analisados os investimentos constituídos anteriormente à vigência da Resolução CMN nº 5.272/2025, especialmente aqueles que demandem acompanhamento específico quanto à manutenção, vencimento, desinvestimento ou adequação.

Produto / Fundo	RESOLUÇÃO Nº5272/2025	SEGMENTO	PRÓ GESTÃO
ITAÚ ACOES S&P500 BRL RESP LTDA	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
SOMMA TORINO FI RF CP LP	Artigo 7º, Inciso VII	RENDA FIXA	NIVEL III
CLARITAS FI RF CRÉDITO PRIVADO LP	Artigo 7º, Inciso VII	RENDA FIXA	NIVEL III
DAYCOVAL CLASSIC TÍTULOS BANCÁRIOS FIF RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso VII	RENDA FIXA	NIVEL III
DAYCOVAL CLASSIC FIF RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso VII	RENDA FIXA	NIVEL III
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 8,28%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II
BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,33%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
ITAU LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,31%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
ITAU LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 8,21%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
RIO BRAVO PROT. PORTFÓLIO FI MULTIMERCADO - RESPONS. LIMITADA	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,52%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,50%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
ITAU LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,95%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II

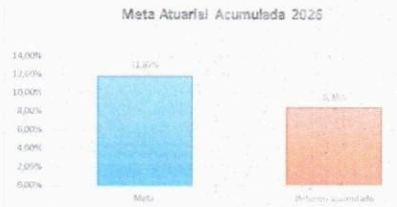
BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,75%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,10%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 7,08%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2026 IPCA + 7,23%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 6,29%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 6,30%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II
ITAU INSTITUCIONAL JANEIRO RF LP FIFCIC RL	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II
BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	Artigo 8º, Inciso III	RENDA VARIAVEL	NIVEL III
ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso III	RENDA VARIAVEL	NIVEL III
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO FIC MULTIMERCADO	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
BB PERFIL SOBERANO FIC RF REF DI PREVIDENC	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII	Artigo 11	RENDA VARIAVEL	NIVEL III

6.4. ACOMPANHAMENTO DA READEQUAÇÃO DA CARTEIRA

O Comitê continuará acompanhando a adequação da carteira às novas disposições regulamentares, observando os prazos aplicáveis e as estratégias definidas na Política de Investimentos.

6.5. RENTABILIDADE E META ATUARIAL

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno no Mês	Retorno Mês	Meta	Retorno acumulado	Retorno acum.	Meta acum.	Gap (%)
Janeiro	524.232.239,07	25.119.192,78	16.025.192,97	542.074.346,11	9.649.621,24	3,57%	0,79%	9.649.621,14	3,57%	0,79%	229,11%
Fevereiro	542.974.346,11	7.000.000,00	2.922.126,04	552.599.496,83	5.547.882,77	2,09%	1,16%	15.188.502,91	4,67%	1,97%	237,06%
Março	552.599.496,83	9.980.855,70	5.882.042,86	556.117.180,49	1.714.470,83	0,30%	1,34%	16.902.973,74	4,98%	3,35%	148,66%
Abril	558.117.180,49	11.350.691,59	7.239.219,20	570.716.965,44	8.488.312,58	1,52%	1,14%	25.391.286,30	6,58%	4,52%	145,58%
Maio	570.716.965,44	28.373.157,15	23.718.371,75	578.961.125,01	4.102.363,16	0,71%	1,05%	29.493.649,46	7,34%	5,62%	130,60%
Junho	578.961.125,01	10.493.242,32	2.819.862,27	585.688.169,50	3.907.182,22	0,67%	0,63%	33.400.831,68	8,05%	6,28%	128,34%
Julho	585.688.169,50	65.414.714,95	59.619.978,54	596.991.022,39	5.504.718,67	0,94%	0,53%	38.905.550,35	9,08%	6,85%	132,55%
Agosto	596.991.022,39	40.833.887,24	35.870.565,35	607.641.635,55	6.359.933,3	1,05%	0,14%	45.245.483,74	10,23%	7,00%	146,14%
Setembro	607.641.635,55	39.964.053,34	36.273.277,89	620.430.907,03	9.087.279,14	1,49%	1,29%	54.332.762,88	11,87%	8,38%	141,65%
						1,49%	1,29%	54.332.762,88	11,87%	8,38%	141,65%





Retorno obtido no mês	1,49%
Meta atuarial do mês	1,29%
Retorno da carteira em 2026	11,87%
Meta atuarial acumulada de 2026	8,38%

RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	606.733.238,46
RECURSOS TAXA ADMINISTRATIVA	13.697.268,57
TOTAL DE RECURSOS ITAPREV	620.430.907,03

GESTOR	Produto / Fundo	RESOLUÇÃO Nº5272/2025	SEGMENTO	PRÓ GESTÃO	Retorno 2026	Meta 2026	Segmento
ITAÚ	ITAÚ ACOES S&P500 BRL RESP LTDA	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	18,53%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	18,26%	8,38%	PREVIDENCIARIO
bradesco	BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	17,25%	8,38%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	13,69%	8,38%	PREVIDENCIARIO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

CAIXA	CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	11,67%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	11,20%	8,38%	PREVIDENCIARIO
RIOBRAVO	RIO BRAVO PROT. PORTFÓLIO FI MULTIMERCADO - RESPONS. LIMITADA	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	11,15%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB IDKA 2 TP FI RF PREVID	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	11,03%	8,38%	PREVIDENCIARIO
SOMMA	SOMMA TORINO FI RF CP LP	Artigo 7º, Inciso VII	RENDA FIXA	NIVEL III	11,02%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CLARITAS	CLARITAS FI RF CRÉDITO PRIVADO LP	Artigo 7º, Inciso VII	RENDA FIXA	NIVEL III	10,94%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	10,87%	8,38%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL CLASSIC TÍTULOS BANCÁRIOS FIF RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso VII	RENDA FIXA	NIVEL III	10,78%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULO PÚBLICO VÉRTICE 2028	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	10,78%	8,38%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL CLASSIC FIF RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso VII	RENDA FIXA	NIVEL III	10,76%	8,38%	PREVIDENCIARIO
ICATU	ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	10,72%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVID	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	10,55%	8,38%	PREVIDENCIARIO
SICREDI	SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	10,52%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II	10,28%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	10,19%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BRADESCO	BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,33%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,95%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB IMA-B TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	9,91%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	9,84%	8,38%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 8,28%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,81%	8,38%	PREVIDENCIARIO
ITAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,31%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,80%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	9,77%	8,38%	PREVIDENCIARIO
ITAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 8,21%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,71%	8,38%	PREVIDENCIARIO
ITAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,35%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,52%	8,38%	PREVIDENCIARIO
ITAÚ	ITAU INSTITUCIONAL JANEIRO RF LP FIFCIC RL	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II	9,50%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BRADESCO	BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,75%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,47%	8,38%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,52%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,20%	8,38%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,50%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,18%	8,38%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2026 IPCA + 7,23%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	9,14%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	9,11%	8,38%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER FI IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	9,06%	8,38%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,10%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	8,89%	8,38%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 7,08%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	8,89%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II	8,85%	8,38%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 6,29%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	8,81%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	Artigo 8º, Inciso III	RENDA VARIAVEL	NIVEL III	8,72%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso III	RENDA VARIAVEL	NIVEL III	8,70%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A RF LP	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	8,69%	8,38%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 6,30%	Artigo 7º, Inciso VI	RENDA FIXA	NIVEL II	8,27%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	7,90%	8,38%	TX. ADMINISTRATIVA
CAIXA	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	7,80%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO FIC MULTIMERCADO	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	7,31%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB FLUXO SOBERANO FIC RF PREVID	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II	6,24%	8,38%	TX. ADMINISTRATIVA
FINACAP	FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	5,72%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	5,52%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CONSTANCIA	CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	3,83%	8,38%	PREVIDENCIARIO
AZQUEST	AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	3,55%	8,38%	PREVIDENCIARIO
BB	BB PERFIL SOBERANO FIC RF REF DI PREVIDENC	Artigo 7º, Inciso V	RENDA FIXA	NIVEL II	3,26%	8,38%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF REF DI LP - RESP LIMITADA	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	1,87%	8,38%	PREVIDENCIARIO
4UM	4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIAVEL	NIVEL II	-2,22%	8,38%	PREVIDENCIARIO
ZION	BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII	Artigo 11	RENDA VARIAVEL	NIVEL III	-18,52%	8,38%	PREVIDENCIARIO

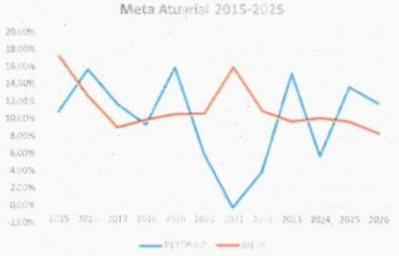
41	Fundos acima da meta atuarial no ano
11	Fundos abaixo da meta atuarial no ano
2	Fundos com rendimento Negativo no ano
54	Total Fundos investidos

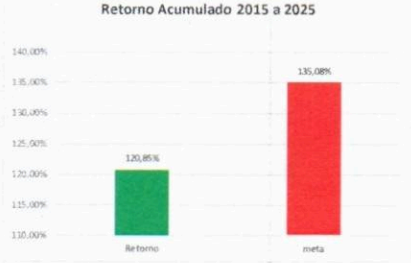
75,93%	Fundos da carteira acima da meta atuarial no ano
20,37%	Fundos da carteira abaixo da meta atuarial no ano
3,70%	Fundos da carteira com rendimento negativo no ano

Retorno acumulado 2015 a 2026

	RETORNO	META	
2015	10,91%	17,26%	ABAIXO
2016	15,83%	12,64%	ACIMA
2017	11,82%	9,04%	ACIMA
2018	9,41%	9,92%	ABAIXO
2019	16,05%	10,59%	ACIMA
2020	6,05%	10,63%	ABAIXO
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA
2026	11,87%	8,38%	ACIMA

Retorno	meta
120,85%	135,08%





	RETORNO	META	
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA
2026	11,87%	8,38%	ACIMA

Retorno	meta
56,83%	75,63%





6.6. ANÁLISE DA META ATUARIAL

O Comitê analisou o desempenho da carteira em relação à meta atuarial estabelecida para o exercício, considerando o retorno acumulado e a contribuição dos diferentes segmentos e estratégias para o resultado. Na competência, a carteira apresentou rentabilidade de 1,49%, frente à meta atuarial de 1,29%, enquanto no acumulado do exercício registrou 11,87%, diante de meta acumulada de 8,38%, correspondendo a uma diferença de 3,49 p.p. O Comitê analisou a contribuição dos principais segmentos da carteira e os efeitos do cenário de mercado sobre o resultado, avaliando a aderência da carteira à estratégia definida na Política de Investimentos e às necessidades de liquidez e solvência do RPPS. Diante da análise realizada, deliberou pela manutenção da estratégia vigente, permanecendo o resultado sob acompanhamento nas reuniões subsequentes.

5.7. ANALISE DE RISCO DA CARTEIRA

O Comitê realizou análise dos principais riscos associados à carteira de investimentos, considerando a composição, concentração, liquidez, características dos ativos e cenário econômico.

RISCO DE MERCADO

Foram analisados: volatilidade; comportamento da curva de juros; marcação a mercado; duration; exposição a taxas prefixadas; exposição a índices de preços; exposição cambial; demais fatores relevantes.

O Comitê analisou os principais fatores de risco de mercado incidentes sobre a carteira, considerando a volatilidade dos ativos, o comportamento da curva de juros, os efeitos da

marcação a mercado, a exposição a diferentes níveis de duration, taxas prefixadas, índices de preços e, quando aplicável, exposição cambial. A análise considerou a composição atual da carteira e as condições de mercado observadas no período, verificando a compatibilidade das exposições com a Política de Investimentos e com a estratégia de alocação definida para o RPPS. Não foram identificadas situações que demandassem alteração imediata da estratégia, permanecendo os riscos sob monitoramento pelo Comitê.

RISCO DE MERCADO

FUNDO	BENCHMARK	RENT. (%)		*VAR (%) (252 D.U)		*VOL (%)		*TREYNOR		*DRAWDOWN (%)		*SHARPE		RES. 3.27
		MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	
CARTEIRA	[illegible]	1,49%	15,83%	1,70%	5,89%	0,48%	3,02%	0,62	0,11	0,11%	0,55%	3,43	0,47	-
BB IMA B 5 FIC RF PREVID	IMA B 5	1,99%	14,56%	0,01%	0,03%	0,52%	1,82%	34,97	3,08	0,00%	0,00%	2,11	0,08	7, I
BR IMA B TP FI RF	IMA B	1,11%	13,59%	0,02%	0,08%	1,35%	4,69%	27,89	-7,32	0,00%	1,09%	1,96	-0,20	7, I
BB IDKA 2 TP FI RF	IDKA IPCA 2A	1,69%	14,44%	0,01%	0,03%	0,52%	1,79%	35,56	0,68	0,00%	0,04%	2,37	0,02	7, I
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC	CDI	0,97%	14,43%	0,00%	0,01%	0,14%	0,49%	15,53	4,56	0,00%	0,00%	1,44	0,08	7, I
BB PREVIDENCIARIO RENDA	IPCA	1,78%	14,22%	0,01%	0,03%	0,60%	2,06%	47,76	3,42	0,00%	0,15%	2,51	0,09	7, I
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO	CDI	0,81%	7,90%	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%	1.292.345,64	-118.977,99	0,00%	0,00%	102,35	-157,61	7, I
CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI	IMA Geral	1,71%	13,56%	0,01%	0,03%	0,55%	1,92%	15,73	11,96	0,00%	0,00%	1,73	0,39	7, I
CAIXA BRASIL IMA B 5 TP FI	IMA B 5	2,00%	14,23%	0,01%	0,03%	0,53%	1,83%	31,35	3,11	0,00%	0,00%	2,09	0,08	7, I
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	IMA Geral ex C	1,62%	11,33%	0,01%	0,05%	0,88%	3,04%	5,82	-21,05	0,00%	0,57%	0,84	-0,75	7, I
CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A	IDKA PRE 2A	1,72%	12,47%	0,02%	0,06%	1,02%	3,53%	7,34	-15,23	0,00%	0,88%	1,05	-0,52	7, I
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES	CDI	0,56%	6,80%	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%	533,46	-14.880,04	0,00%	0,00%	28,97	-48,18	7, I
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI	IRF-M 1	1,09%	13,81%	0,00%	0,01%	0,11%	0,38%	1,59	-25,61	0,00%	0,00%	0,19	-0,71	7, I
CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	IPCA	1,34%	15,15%	0,02%	0,07%	1,22%	4,22%	-26,71	-305,27	0,00%	2,07%	1,34	-1,40	7, I
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS	IPCA	2,51%	13,99%	0,03%	0,09%	1,65%	5,71%	27,57	-69,65	0,00%	1,92%	1,70	-1,37	7, I
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	CDI	1,04%	14,47%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	147,54	-180,95	0,00%	0,00%	4,37	-0,12	7, I
SANTANDER FI IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RENDA	IRF-M	2,09%	9,62%	0,02%	0,06%	1,11%	3,85%	8,98	-13,02	0,00%	0,64%	1,27	-0,46	7, I
BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP	CDI	0,99%	3,02%	-	-	-	-	-1.036,00		0,00%	0,00%	-27,25		7, I
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF	CDI	1,05%	3,26%	-	-	-	-	-95,49		0,00%	0,00%	-3,91		7, I
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF REF	CDI	0,78%	1,87%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-85,59	126,74	0,00%	0,00%	-3,12	-0,19	7, I
CAIXA BRASIL FI RF REF DI	CDI	1,07%	14,23%	0,00%	0,00%	0,01%	0,05%	-28,41	-412,39	0,00%	0,00%	-0,83	1,48	7, V
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA	CDI	1,06%	12,59%	0,01%	0,03%	0,45%	1,58%	-3,05	-34,41	0,00%	0,00%	-0,38	-1,19	7, V
ITAU INSTITUCIONAL JANEIRO	CDI	1,34%	13,34%	0,01%	0,02%	0,42%	1,46%	7,90	-22,55	0,00%	0,02%	1,05	-0,76	7, V
CLARITAS FI RF CREDITO PRIVADO LP	CDI	1,04%	14,67%	0,00%	0,01%	0,09%	0,33%	14,83	-275,17	0,00%	0,00%	0,91	0,61	7, VII
SOMMA TORINO FI RF CP LP	CDI	1,09%	14,78%	0,00%	0,00%	0,08%	0,29%	1,94	-459,50	0,00%	0,00%	0,14	1,09	7, VII
DAYCOVAL CLASSIC FI RF CREDITO PRIVADO	CDI	1,11%	14,72%	0,00%	0,00%	0,03%	0,11%	29,09	-2.612,99	0,00%	0,00%	1,33	2,25	7, VII
DAYCOVAL CLASSIC TÍTULOS BANCÁRIOS FIF RENDA	CDI	1,10%	14,82%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	49,56	-1.226,22	0,00%	0,00%	2,92	7,78	7, VII
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	SMLL	2,02%	4,31%	0,10%	0,34%	6,01%	20,82%	0,83	-9,35	0,00%	10,86%	0,15	-0,45	8, I
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	IDIV	6,36%	25,85%	0,08%	0,28%	4,97%	17,23%	5,42	17,65	0,00%	8,30%	1,17	0,99	8, I
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC	SMLL	5,95%	8,41%	0,11%	0,38%	6,65%	23,05%	4,13	-4,74	0,00%	13,67%	0,84	-0,25	8, I
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	IBOVESPA	4,40%	11,24%	0,09%	0,31%	5,40%	18,71%	3,24	-2,42	0,00%	13,16%	0,71	-0,13	8, I
SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES	IDIV	4,78%	19,53%	0,08%	0,28%	4,88%	16,91%	3,78	8,11	0,00%	9,62%	0,81	0,45	8, I
ITAU AÇÕES S&P500 BRL RESP LTDA	S&P 500	0,33%	20,80%	0,06%	0,21%	3,67%	12,72%	14,01	34,83	0,00%	4,53%	-0,25	0,80	8, I
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	IBOVESPA	3,14%	13,28%	0,09%	0,30%	5,22%	18,07%	1,87	-0,43	0,00%	12,38%	0,41	-0,02	8, I
BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR	GLOBAL BDRX	1,68%	14,61%	0,07%	0,24%	4,13%	14,29%	1,89	216,62	0,00%	11,85%	0,17	-0,05	8, III
CAIXA INSTITUCIONAL BDR	GLOBAL BDRX	1,82%	15,75%	0,07%	0,24%	4,16%	14,40%	-2,30	-8,02	0,00%	11,62%	0,22	0,02	8, III
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CICLICO FIC	IBOVESPA	0,90%	9,65%	0,02%	0,08%	1,47%	5,10%	1,20	-340,41	0,00%	1,04%	-0,18	-0,92	10, I
CAIXA BOLSA AMERICANA	S&P 500	0,28%	24,69%	0,06%	0,21%	3,67%	12,72%	14,90	33,71	0,00%	4,59%	-0,27	0,77	10, I
RIO BRAVO PROTEÇÃO	IPCA	2,06%	13,73%	0,05%	0,16%	2,86%	9,91%	10,08	-1,79	0,00%	1,92%	0,52	-0,07	10, I
ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM	IBOVESPA	3,64%	15,19%	0,04%	0,13%	2,28%	7,91%			0,00%	1,14%			10, I
CAIXA JUROS E	CDI	1,10%	12,68%	0,01%	0,02%	0,43%	1,48%	0,94	-35,46	0,00%	0,00%	0,14	-1,19	10, I
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES	IFIX	25,71%	24,14%	0,01%	0,03%	0,48%	1,67%			0,07%	0,96%			D - FI

RISCO DE CRÉDITO

Foram analisados: qualidade de crédito dos emissores; instituições financeiras; ratings, quando aplicáveis; concentração por emissor; eventos de crédito; alterações relevantes nas instituições.

RISCO DE LIQUIDEZ

Foram avaliados: prazos de resgate; liquidez dos ativos; concentração em ativos de baixa liquidez; necessidade de recursos para pagamento de benefícios; compatibilidade com o fluxo de caixa; estudo de ALM.

Comitê analisou os principais fatores de risco de crédito incidentes sobre a carteira, considerando a qualidade de crédito dos emissores e das instituições financeiras, os ratings

disponíveis, quando aplicáveis, a concentração por emissor e a existência de eventuais eventos de crédito ou alterações relevantes nas instituições investidas. A análise considerou a composição atual da carteira e as informações disponíveis no período, verificando a compatibilidade das exposições com a Política de Investimentos e os limites estabelecidos na regulamentação vigente. Não foram identificadas situações que demandassem alteração imediata da estratégia, permanecendo os riscos de crédito sob monitoramento pelo Comitê.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

Foram avaliadas as concentrações da carteira por instituição, emissor, gestor, fundo, segmento e estratégia.

O Comitê analisou a concentração da carteira por instituição financeira, emissor, gestor, fundo, segmento e estratégia, considerando os limites estabelecidos na Política de Investimentos e na regulamentação vigente. Foram avaliados eventuais níveis de concentração que pudessem comprometer a diversificação, a liquidez ou a segurança da carteira. Não foram identificadas situações que demandassem alteração imediata da estratégia, permanecendo os níveis de concentração sob monitoramento periódico pelo Comitê.

RISCO OPERACIONAL

Foram analisados os procedimentos relacionados a execução das ordens, sistemas, custódia, conciliação, controles internos, segregação de funções, acesso aos sistemas e registro das operações.

O Comitê analisou os procedimentos relacionados à execução e ao registro das ordens, sistemas utilizados, custódia, conciliação das posições, controles internos, segregação de funções, acessos aos sistemas e documentação das operações. Foram avaliados os controles existentes e a rastreabilidade das movimentações realizadas no período. Não foram identificadas ocorrências relevantes que comprometessem a regularidade dos procedimentos, permanecendo os controles operacionais sob acompanhamento contínuo.

RISCO LEGAL E REGULATÓRIO

O Comitê analisou a aderência dos investimentos e das operações à Resolução CMN nº 5.272/2025, à Portaria MTP nº 1.467/2022, à Política de Investimentos, ao Regimento Interno, aos procedimentos de credenciamento, aos contratos vigentes e às demais normas aplicáveis. Foram verificadas as condições de enquadramento e a documentação disponível para as operações analisadas. Não foram identificadas, na competência, situações de desenquadramento ou irregularidades que demandassem providência imediata, permanecendo o enquadramento e a conformidade regulatória sob acompanhamento do Comitê.

RISCO SISTÊMICO

Comitê acompanhou os principais eventos e condições relevantes dos mercados financeiro nacional e internacional, avaliando seus possíveis impactos sobre a carteira do ITAPREV, especialmente quanto às condições de crédito, juros, inflação, liquidez e comportamento dos mercados. A análise foi considerada na avaliação da manutenção da estratégia de investimentos e na tomada das decisões relativas à carteira. Não foram identificados, na competência, eventos que justificassem alteração imediata da estratégia, permanecendo o cenário sistêmico sob acompanhamento nas reuniões subsequentes

ASPECTOS ESG

Quando aplicável às decisões e aos investimentos analisados, o Comitê considerou aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), especialmente quando relacionados à avaliação de riscos, à governança das instituições e dos fundos, à transparência das informações e à sustentabilidade das estratégias de investimento. Quando considerados relevantes para a decisão, os aspectos ESG foram incorporados à análise do investimento, sem prejuízo dos demais critérios de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência, adequação às obrigações e enquadramento regulatório.

6. ALM e estratégia de alocação

O Comitê acompanhou o desenvolvimento do estudo de Asset Liability Management (ALM), considerando sua contribuição para a compatibilização entre os investimentos e as obrigações previdenciárias do ITAPREV. Foram avaliadas a estratégia de alocação da carteira, as necessidades de liquidez e as perspectivas de diversificação dos investimentos, tendo em vista a meta atuarial e os resultados do estudo atuarial. O ALM continuará sendo utilizado como instrumento de suporte às decisões de alocação e à revisão da estratégia de investimentos, conforme a evolução dos estudos e os resultados apresentados.

Iniciado em abril/2026 após a entrega do cálculo atuarial, foi concluído e apresentado ao Comitê de Investimentos o estudo de ALM.

O estudo de ALM foi considerado pelo Comitê na definição da estratégia de investimentos, especialmente quanto à compatibilidade entre os ativos e as obrigações previdenciárias futuras. De forma resumida, o estudo demonstra que a estrutura de liquidez projetada permite a destinação de parcela dos recursos para investimentos de prazo mais longo, sem comprometer o fluxo previsto para concessão e pagamento dos benefícios.

Nesse contexto, a aquisição de Títulos Públicos Federais com vencimentos posteriores a 2030 mostra-se compatível com o planejamento de ativos e passivos do Instituto, contribuindo para o equilíbrio entre rentabilidade, segurança e adequação dos investimentos às necessidades futuras do RPPS.

Na ultima reunião do conselho administrativo foram apresentadas e aprovadas, aplicações em títulos públicos federais via carteira administrada de R$ 45.000.000,00 em três montantes iguais de R$ 15.000.000,00 com vencimento em 2032,2035 e 2040. Todos esses títulos a época da aprovação possuíam taxa indicativa a 8.00%. Ainda é necessário a conclusão do processo da carteira administrada para compra dos títulos. Os recursos desta compra estão aplicados no fundo CAIXA TOPAZIO, vinculado ao CDi com resgate diário.

7.ANALISE PREVIA DOS NOVOS INVESTIMENTOS

A análise deverá ser realizada previamente à deliberação, com base nos documentos disponíveis e nas informações atualizadas do ativo, fundo ou instituição. A decisão do Comitê deverá registrar, de forma objetiva, a conclusão quanto à adequação da aplicação aos limites regulamentares, à Política de Investimentos, à estratégia de alocação, ao ALM, quando aplicável, e aos riscos identificados. A documentação que fundamentar a decisão deverá ser mantida nos registros do ITAPREV, assegurando rastreabilidade e possibilidade de posterior verificação.

Não ocorreram no mês aplicações em novos veículos de investimentos.

8.. ACOMPANHAMENTO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

O Comitê de Investimentos deu continuidade às discussões e providências relacionadas à aquisição direta de Títulos Públicos Federais, especialmente NTN-Bs, considerando a

necessidade de compatibilização dos investimentos com o passivo atuarial e a redução do risco de reinvestimento diante da perspectiva de redução das taxas de juros.

Nesse contexto, foram avaliadas alternativas para aprimorar a operacionalização das aquisições, incluindo a utilização da plataforma TRADEMATE, apresentada pela B3 durante o 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, bem como a contratação de instituição custodiante e o credenciamento das instituições financeiras necessárias à realização das operações.

Paralelamente, o Comitê analisou a possibilidade de utilização de carteira administrada para a aquisição de Títulos Públicos Federais, considerando a estrutura operacional enxuta atualmente existente no ITAPREV e a necessidade de maior agilidade e segurança na execução das operações.

A Consultoria de Investimentos LEMA foi inicialmente consultada e não identificou óbice à contratação, destacando, contudo, que a carteira própria proporciona maior controle direto pelo RPPS e que a carteira administrada possui como principal vantagem a simplificação operacional.

Posteriormente, após o recebimento da proposta formal da Caixa Asset, a documentação foi novamente encaminhada à Consultoria LEMA e ao Escritório Hitarcides e Associados para análise.

A proposta apresentada pela Caixa Asset contempla a administração de carteira destinada exclusivamente à aquisição de Títulos Públicos Federais, com aplicação mínima de R$ 50.000.000,00 em recursos que não sejam provenientes dos atuais fundos da Caixa, taxa de custódia de 0,0005% e, para esse volume de recursos, ausência de cobrança de taxa de administração.

A estrutura prevê que o ITAPREV permaneça responsável pela definição das operações, cabendo à instituição contratada a execução das ordens no mercado e a custódia dos ativos, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Instituto.

Após as análises realizadas, a Consultoria LEMA e o Escritório Hitarcides e Associados manifestaram entendimento favorável à estrutura proposta.

O Comitê de Investimentos, considerando a estrutura operacional enxuta do ITAPREV, entende que a carteira administrada pode contribuir para a adequada operacionalização das aquisições de Títulos Públicos Federais.

O processo permanece em andamento, aguardando analise e ajustes jurídicos do contrato de prestação de serviços, documentos que subsidiarão a conclusão e formalização da contratação.

13. LETRAS FINANCEIRAS

O Comitê de Investimentos do ITAPREV vem acompanhando com cautela a utilização de Letras Financeiras (LFs), considerando as alterações regulatórias promovidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e os acontecimentos recentes envolvendo instituições financeiras emissoras desses ativos.

Embora as Letras Financeiras possam contribuir para o aumento da rentabilidade, o alongamento da carteira, a diversificação e a obtenção de spreads superiores ao CDI ou IPCA, o Comitê destaca os riscos associados ao crédito bancário, à concentração por emissor, à menor liquidez e à dificuldade de saída antecipada.

Nesse contexto, o ITAPREV passou a tratar o investimento em Letras Financeiras de forma mais estruturada, tendo registrado o "Plano de Contingência 01/2025 – Aquisição de Letras Financeiras" como instrumento de fortalecimento da governança e dos controles relacionados a esse tipo de ativo.

A estratégia adotada pelo Comitê busca evitar decisões baseadas exclusivamente em taxas de retorno, priorizando a análise da qualidade e solidez das instituições emissoras, a avaliação dos riscos, a aderência ao estudo de ALM e ao passivo atuarial e o fortalecimento dos controles internos.

O Comitê entende que as Letras Financeiras devem possuir caráter complementar e pontual na carteira, sendo sua aquisição condicionada à análise técnica e à capacidade de acompanhamento dos riscos envolvidos.

Nesse sentido, permanece como diretriz a priorização da segurança institucional, da diversificação, da governança e da aderência atuarial, evitando-se exposição excessiva a determinado emissor e considerando-se, além da rentabilidade, a qualidade de crédito, a liquidez e os riscos envolvidos na operação.
Dessa forma, o posicionamento do ITAPREV em relação às Letras Financeiras permanece pautado pela cautela, análise técnica, controle operacional, governança e preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, de modo que a busca por maior rentabilidade não se sobreponha à segurança dos recursos previdenciários.

9 ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL

9.1CARE11 – Acompanhamento e fatos relevantes: O Comitê tomou conhecimento do comunicado ao mercado divulgado em 30/09/2026 pela administradora Mérito DTVM, informando que as cotas do fundo CARE11 passariam a ser negociadas em regime de leilões a partir de 01/10/2026, em razão do atraso na divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 e da auditoria independente pendente, atribuída, entre outros fatores, à renúncia do auditor anteriormente contratado. A administradora informou estar adotando providências para regularização, incluindo a contratação de novo auditor. O Comitê registrou preocupação com os possíveis impactos sobre a liquidez, a transparência e a avaliação do investimento, deliberando pelo acompanhamento das providências adotadas e pela solicitação de manifestação técnica à consultoria de investimentos quanto aos riscos e às medidas cabíveis ao RPPS.

10. ASSEMBLEIAS DE COTISTAS

Foram analisadas as assembleias e consultas formais realizadas no período.
No período entre a última reunião do comitê e a atual não ocorreram convocações para deliberação em Assembleia Geral de Cotistas.

11. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O Comitê realizou a análise da aderência da carteira à Política de Investimentos vigente.
Foram avaliados: limites por segmento; estratégias de investimento; meta atuarial; liquidez; riscos; concentração; enquadramento; compatibilidade com o estudo de ALM.
Não foram identificadas necessidades de alteração.

11.1. ADEQUAÇÃO À RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025

O Comitê analisou a necessidade de adequação da Política de Investimentos às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, registrando as seguintes providências:
Está em curso no RPPS a preparação para auditoria a certificação III do Programa Pró Gestão, o RPPS sendo certificado até o final de janeiro 2028. Não será necessário resgates para adequação da carteira de investimentos.

12. MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE CARTEIRA – NÍVEL III

Em atendimento aos requisitos aplicáveis do Pró-Gestão RPPS, o Comitê de Investimentos realizará, no mínimo anualmente, o acompanhamento da implementação das estratégias de alocação estabelecidas na Política de Investimentos, verificando sua correspondência com a

composição efetiva da carteira e, quando aplicável, sua compatibilidade com as obrigações previdenciárias projetadas e com as demais diretrizes de gestão dos recursos.

O monitoramento deverá considerar a evolução da carteira ao longo do período, os percentuais de alocação efetivamente observados, os limites e parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos, as condições de mercado, os níveis de liquidez, os riscos identificados e os eventuais desvios entre a estratégia originalmente aprovada e sua execução.
Eventuais diferenças entre a estratégia planejada e a composição efetivamente observada deverão ser analisadas pelo Comitê, considerando-se as condições de mercado, oportunidades de investimento, necessidades de liquidez, movimentações financeiras, alterações regulatórias, resgates, vencimentos, aportes e demais fatores que possam justificar a divergência.

Registro do monitoramento:
Considerando que o monitoramento anual da implementação das estratégias de carteira será realizado conforme periodicidade estabelecida neste Regimento e na Política de Investimentos, não há, na presente reunião, análise anual específica a registrar. Ressalta-se, contudo, que a composição da carteira e sua aderência às estratégias estabelecidas vêm sendo acompanhadas pelo Comitê no âmbito do monitoramento periódico dos investimentos.
Ao final da análise anual, o Comitê deverá registrar se as estratégias estabelecidas permanecem adequadas e em execução, se existem desvios justificados que deverão continuar sendo monitorados ou se há necessidade de revisão das estratégias de alocação, observados os limites da Política de Investimentos e da regulamentação vigente.

13. CREDENCIAMENTO E MONITORAMENTO DAS INSTITUIÇÕES

DISTRIBUIDORES
Não ocorreram novos credenciamentos/renovações.

GESTORES
Não ocorreram novos credenciamentos/renovações.

ADMINISTRADORES
Não ocorreram novos credenciamentos/renovações.

CUSTODIANTE
Não ocorreram novos credenciamentos/renovações

CARTEIRA ADMINISTRADA
Em processo de contratação

14. MONITORAMENTO DAS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS

Na presente reunião, o Comitê realizou o acompanhamento das instituições financeiras e demais instituições credenciadas pelo ITAPREV, considerando as informações disponíveis e os registros de credenciamento vigentes. Não foram identificadas, até a data da presente reunião, alterações relevantes que comprometessem a regularidade das instituições acompanhadas ou que demandassem, neste momento, a adoção de medidas extraordinárias pelo Comitê.
O Comitê deliberou pela continuidade do monitoramento das instituições credenciadas, especialmente quanto à manutenção das condições que fundamentaram o respectivo credenciamento, à situação cadastral e regulatória, à ocorrência de eventos de crédito,

alterações societárias ou de controle, mudanças relevantes de classificação de risco, intervenções, liquidações e demais fatos que possam produzir impacto sobre os recursos do ITAPREV.
Eventuais ocorrências relevantes identificadas posteriormente deverão ser submetidas à análise do Comitê, com o registro das providências eventualmente adotadas.

15. CRONOGRAMA MENSAL DE ATIVIDADES DA GESTÃO DOS RECURSOS

Para fins de governança, planejamento, controle interno e atendimento aos requisitos aplicáveis do Pró-Gestão RPPS, registra-se o cronograma de atividades relacionadas à gestão dos recursos do ITAPREV para o período restante do exercício de 2026.
O cronograma contempla as atividades de acompanhamento da carteira, análise de mercado, verificação de enquadramento, monitoramento de riscos, acompanhamento das instituições credenciadas, análise de rentabilidade, acompanhamento da Política de Investimentos, reuniões do Comitê de Investimentos, acompanhamento das obrigações relacionadas à gestão dos recursos e demais providências necessárias à adequada administração da carteira.

O cronograma possui caráter de planejamento e acompanhamento, podendo ser ajustado em razão de alterações de mercado, fatos relevantes, mudanças regulatórias, demandas dos órgãos de controle, necessidades do ITAPREV ou outras situações que justifiquem a alteração da programação originalmente estabelecida.

Setembro de 2026
Durante o mês de setembro, foram priorizadas a atualização dos controles da carteira de investimentos, a verificação dos enquadramentos dos recursos, o acompanhamento da rentabilidade e dos riscos dos investimentos, a análise da conjuntura econômica e seus possíveis impactos sobre a carteira e o registro das ocorrências relevantes identificadas no período.
Também serão acompanhadas as instituições financeiras e demais instituições credenciadas, inclusive quanto à ocorrência de fatos relevantes, alterações de classificação de risco, eventos de crédito, alterações societárias ou de controle, intervenções, liquidações ou outros acontecimentos com potencial impacto sobre os recursos do ITAPREV.
Será realizado o acompanhamento das posições mantidas nos fundos e demais ativos da carteira, incluindo situações que demandem providências específicas, planos de contingência ou acompanhamento especial pelo Comitê de Investimentos.
Quando aplicável, serão avaliadas novas oportunidades de investimento, resgates, realocações e demais movimentações, observando-se a Política de Investimentos, a regulamentação vigente, os limites de concentração, a liquidez e os riscos envolvidos.

Outubro de 2026
Durante o mês de outubro, serão mantidas as rotinas de acompanhamento da carteira e de seus indicadores de desempenho, risco e liquidez, com análise da evolução dos investimentos em relação às metas estabelecidas na Política de Investimentos e à meta atuarial.
Será realizada a verificação da aderência da carteira aos limites regulamentares e aos parâmetros definidos na Política de Investimentos, bem como o acompanhamento dos investimentos que apresentem maior relevância em termos de concentração, risco, desempenho ou necessidade de providências.
Serão atualizadas, quando necessárias, as análises das instituições credenciadas e dos investimentos que estejam sob acompanhamento específico do Comitê, incluindo eventuais planos de contingência relacionados a ativos ou instituições que apresentem alterações relevantes.

Também serão acompanhadas as condições de mercado e as perspectivas para juros, inflação, crédito, renda variável, investimentos estruturados e demais segmentos nos quais o ITAPREV possua exposição, avaliando-se eventuais impactos sobre a estratégia de alocação dos recursos.

Novembro de 2026

Durante o mês de novembro, além das rotinas ordinárias de acompanhamento da carteira, será intensificada a análise do desempenho acumulado dos investimentos no exercício de 2026, considerando a evolução da rentabilidade, o comportamento dos diferentes segmentos e a aderência aos objetivos estabelecidos para o exercício.

Serão avaliadas as necessidades de liquidez para o encerramento do exercício e para o início de 2027, considerando os compromissos financeiros e previdenciários projetados, os fluxos de recursos, os vencimentos de investimentos e as necessidades de movimentação da carteira.

O Comitê deverá acompanhar a execução da estratégia de alocação prevista na Política de Investimentos, identificando eventuais diferenças relevantes entre a alocação planejada e a efetivamente observada e registrando as respectivas justificativas e providências, quando aplicáveis.

Durante este período, será também desenvolvida a Política de Investimentos do ITAPREV para o exercício de 2027, contemplando a análise da conjuntura econômica, as perspectivas para os mercados financeiros, os objetivos de rentabilidade, os limites e estratégias de alocação, os critérios de gestão de riscos, as necessidades de liquidez, a compatibilidade com as obrigações previdenciárias e os demais requisitos estabelecidos na regulamentação vigente.

A elaboração da Política de Investimentos para 2027 será conduzida pelo Comitê de Investimentos, com utilização das informações técnicas, econômicas, atuariais e de mercado disponíveis, devendo o documento ser submetido à apreciação e deliberação do Comitê dentro do cronograma institucional.

Dezembro de 2026

Durante o mês de dezembro, serão realizadas as atividades de encerramento do exercício relacionadas à gestão dos recursos, incluindo o acompanhamento da composição final da carteira, rentabilidade acumulada, enquadramento, liquidez, concentração e riscos dos investimentos.

Será realizada a avaliação da execução da estratégia de investimentos estabelecida para 2026, considerando os resultados obtidos, as alterações ocorridas na carteira durante o exercício, os principais eventos que afetaram os investimentos e as medidas adotadas pelo Comitê ao longo do período.

Também serão acompanhados os vencimentos, resgates, recebimentos de cupons, amortizações e demais eventos financeiros previstos para o encerramento do exercício, bem como a necessidade de manutenção de liquidez para o início de 2027.

No decorrer do mês, será concluída a Política de Investimentos do ITAPREV para o exercício de 2027, após análise e deliberação do Comitê de Investimentos, observando-se a legislação e regulamentação aplicáveis, os estudos e informações disponíveis e as condições projetadas para a carteira e para os compromissos previdenciários.

Após sua aprovação pelo Comitê de Investimentos, a Política de Investimentos para 2027 será encaminhada ao Conselho Administrativo do ITAPREV no mês de dezembro de 2026, para apreciação e deliberação, conforme as competências estabelecidas nos normativos institucionais.

Ao final do exercício, o Comitê deverá registrar as principais ocorrências, decisões, resultados e providências relacionadas à gestão dos recursos durante 2026, bem como os pontos que deverão ser objeto de acompanhamento no exercício de 2027.

Acompanhamento contínuo

Independentemente do cronograma mensal acima estabelecido, permanecerão como atividades permanentes da gestão dos recursos do ITAPREV o acompanhamento da conjuntura econômica e dos mercados financeiros, a verificação do enquadramento da carteira, o monitoramento dos riscos, a análise da rentabilidade, o acompanhamento das instituições credenciadas, a atualização dos controles internos, o acompanhamento dos investimentos com maior exposição ou risco, a avaliação de fatos relevantes e eventos extraordinários e o cumprimento das obrigações legais, regulamentares e institucionais relacionadas à gestão dos recursos.

As atividades serão executadas pela área responsável pela gestão dos recursos, com a participação do Comitê de Investimentos nas matérias de sua competência, observadas as atribuições estabelecidas na legislação, na Política de Investimentos, no Regimento Interno e nos demais normativos aplicáveis.

O cronograma poderá ser atualizado sempre que houver alteração relevante nas condições econômicas, regulatórias ou operacionais, ou quando fatos supervenientes exigirem a inclusão de novas atividades, análises ou providências.

fins de governança e atendimento aos requisitos do Pró-Gestão RPPS, registra-se o cronograma mensal das atividades relativas à gestão dos recursos, contemplando análises, reuniões, acompanhamentos, obrigações de envio, controles de enquadramento e demais rotinas relevantes.

16. RELATÓRIOS DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

No período, o Comitê de Investimentos analisou as informações disponibilizadas pela Consultoria de Investimentos para o acompanhamento da carteira do ITAPREV, tendo sido solicitado especificamente, para fins de análise e acompanhamento, o Relatório de Lastro, o qual foi disponibilizado e considerado pelo Comitê em suas avaliações.

Os demais acompanhamentos relacionados à carteira, incluindo informações de mercado, rentabilidade, enquadramento, riscos, liquidez, concentração, desempenho dos investimentos e demais indicadores, são disponibilizados e consultados regularmente por meio do sistema eletrônico da Consultoria de Investimentos, constituindo fonte de apoio às atividades de monitoramento e análise realizadas pelo Comitê.

Quanto às recomendações e oportunidades de investimento eventualmente disponibilizadas pela Consultoria, estas são avaliadas pelo Comitê de acordo com a situação da carteira, a Política de Investimentos, a regulamentação vigente, os objetivos de rentabilidade, a liquidez, os riscos envolvidos e as demais circunstâncias pertinentes à gestão dos recursos.

Na presente reunião, o Comitê registrou o recebimento e a análise do Relatório de Lastro solicitado, bem como a utilização das informações disponibilizadas no sistema da Consultoria para o acompanhamento da carteira, não tendo sido identificada, a partir dos documentos e informações analisados, necessidade de adoção de providência extraordinária além da continuidade do monitoramento regular dos investimentos.

As informações e relatórios disponibilizados pela Consultoria permanecerão como instrumentos de suporte às análises e deliberações do Comitê, devendo eventuais recomendações relevantes, situações especiais ou alterações significativas identificadas ao longo do período ser submetidas à apreciação do Comitê e registradas nas respectivas atas. Apresentados e analisados pelo Comitê os relatórios elaborados pela Consultoria de Investimentos.

17. CUSTOS E TAXAS DOS INVESTIMENTOS

As informações relativas aos custos e taxas incidentes sobre os investimentos da carteira do ITAPREV são disponibilizadas por meio do sistema eletrônico da Consultoria de Investimentos,

que permite o acompanhamento dos custos relacionados aos fundos e demais investimentos, incluindo, quando aplicável, taxas de administração, gestão, performance, custódia, corretagem e demais despesas incidentes sobre as aplicações.

Na presente reunião, o Comitê considerou as informações disponibilizadas no sistema da Consultoria para fins de acompanhamento dos custos da carteira, observando a existência e a evolução das taxas incidentes sobre os investimentos.

O Comitê manterá o acompanhamento dos custos e taxas dos investimentos, especialmente quando da análise de novas aplicações, substituições de investimentos ou alterações relevantes nas condições dos produtos, buscando verificar sua compatibilidade com as características dos investimentos, os serviços prestados, a estrutura do produto e os interesses do ITAPREV.

18. CONTROLES INTERNOS E GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

Na presente reunião, o Comitê de Investimentos realizou uma análise inicial dos controles internos relacionados à gestão dos recursos do ITAPREV, considerando os procedimentos atualmente utilizados para acompanhamento da carteira, controle de enquadramento, execução e registro das movimentações, acesso aos sistemas, conciliação das posições, controle de credenciamento e guarda da documentação relacionada aos investimentos.

Também foram considerados os procedimentos de governança aplicáveis à gestão dos recursos, especialmente aqueles relacionados às competências e responsabilidades das instâncias envolvidas no processo decisório, à formalização das decisões, ao registro das operações e à manutenção dos documentos que fundamentam as aplicações, resgates, realocações e demais movimentações da carteira.

No acompanhamento da carteira, o Comitê utiliza, como instrumento de apoio, as informações e ferramentas disponibilizadas pela Consultoria de Investimentos, inclusive por meio de seu sistema eletrônico, no qual são disponibilizados dados relativos à composição da carteira, enquadramento, rentabilidade, riscos e demais informações pertinentes à gestão dos recursos.

Considerando o caráter inicial desta análise, o Comitê estabeleceu como diretriz a continuidade do acompanhamento e o aprimoramento dos controles internos relacionados à gestão dos investimentos, especialmente quanto à formalização das decisões, registro das movimentações, conciliação das posições, controle de enquadramento, acompanhamento das instituições credenciadas, organização da documentação e manutenção de procedimentos de contingência.

Na presente reunião, não foram registradas ocorrências ou não conformidades que demandassem a adoção de providências extraordinárias, permanecendo os controles e procedimentos existentes sob acompanhamento do Comitê e sujeitos a aprimoramento sempre que identificada necessidade.

19. VENCIMENTOS, CUPONS E EVENTOS DE FLUXO

No mês de setembro não ocorreram pagamentos de cupons e/ou vencimentos de fundos vértices.

20. REUNIÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AGENTES DE MERCADO

No período, não foram realizadas reuniões com instituições financeiras, gestores, distribuidores ou demais agentes de mercado. Dessa forma, não houve apresentação de produtos, estratégias de investimento ou recebimento de materiais decorrentes de reuniões dessa natureza.

Eventuais reuniões futuras serão registradas nas respectivas atas, com indicação dos participantes, assuntos tratados e encaminhamentos, sem prejuízo da análise técnica, do enquadramento legal e da deliberação das instâncias competentes.

21. CAPACITAÇÕES E CERTIFICAÇÕES

No período, foram realizadas atividades de capacitação e atualização técnica relacionadas à gestão dos recursos dos RPPS, mercado financeiro, investimentos e aspectos jurídicos e financeiros, visando ao aprimoramento da qualificação dos membros do Comitê de Investimentos e ao fortalecimento da governança na gestão dos recursos do ITAPREV.

21.2 EVENTOS

24º Congresso Previdenciário da APEPREV, realizado de 16 a 18 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, como oportunidade de atualização técnica e intercâmbio de experiências relacionadas à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), contribuindo para o aprimoramento das práticas de governança e gestão previdenciária.

21.3. CERTIFICAÇÕES

No período, foi obtida certificação pelo ICDS – Instituto de Certificação e Desenvolvimento de Seguridade, na modalidade de Gestor de Recursos e Membro de Comitê de Investimentos – Nível Avançado.

Embora já esteja vigente certificação válida para o exercício das atividades relacionadas à gestão dos recursos do RPPS, a obtenção antecipada da certificação de nível avançado representa medida de qualificação e preparação para o atendimento dos requisitos aplicáveis à gestão dos recursos, ao exercício de funções relacionadas ao Comitê de Investimentos e à prestação de informações e contas aos órgãos competentes, conferindo maior segurança quanto ao atendimento prévio dos requisitos de qualificação profissional.

21.4. CAPACITAÇÕES REALIZADAS

As capacitações e eventos realizados no período contribuíram para a atualização dos conhecimentos técnicos relacionados à gestão dos recursos dos RPPS, análise de mercado, investimentos, aspectos jurídicos e financeiros, servindo como subsídio às atividades de acompanhamento, análise e tomada de decisões do Comitê de Investimentos.

22. TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE

O Comitê verificou as providências relacionadas à transparência das informações referentes aos investimentos do ITAPREV.

Foram analisados: publicação das atas; publicação da Política de Investimentos; divulgação dos relatórios; informações disponibilizadas no site institucional; informações encaminhadas aos Conselhos; demais documentos de transparência.

Situação: REGULAR

23. ACOMPANHAMENTO DE PROVIDÊNCIAS E PENDÊNCIAS

Na presente reunião, o Comitê verificou as providências e pendências relacionadas à gestão dos recursos do ITAPREV, não sendo identificadas pendências de reuniões anteriores que necessitem de regularização neste momento.

As análises e deliberações desta ata serão acompanhadas nas reuniões subsequentes, em conjunto com os documentos e relatórios que fundamentam a gestão dos investimentos.

24. DELIBERAÇÕES FINAIS

Após as análises realizadas e os assuntos tratados na presente reunião, o Comitê de Investimentos deliberou:

Manter o acompanhamento da carteira de investimentos do ITAPREV, especialmente quanto à rentabilidade, enquadramento, liquidez, riscos e concentração dos recursos.

Manter os recursos provenientes do vencimento do Fundo Vértice 2026 e dos cupons recebidos no período, atualmente aplicados no Caixa Topázio, até a conclusão da operacionalização da Carteira Administrada destinada à aquisição de Títulos Públicos Federais.
Dar continuidade ao acompanhamento da implementação das práticas de governança e gestão dos investimentos relacionadas ao Pró-Gestão RPPS – Nível III, mantendo organizadas as respectivas evidências e documentos de suporte.
Manter o acompanhamento das instituições credenciadas, dos investimentos da carteira e dos demais eventos relevantes que possam impactar os recursos do ITAPREV.
Dar continuidade às providências e atividades previstas no cronograma de gestão dos recursos para o período, incluindo a elaboração da Política de Investimentos para o exercício de 2027.
As deliberações foram tomadas observando-se a legislação aplicável, a Política de Investimentos vigente, o estudo de ALM, os limites de enquadramento, os critérios de risco e liquidez, as informações disponibilizadas pela Consultoria de Investimentos e os demais documentos considerados.

25. ASSUNTOS GERAIS

Não foram registrados outros assuntos relevantes para deliberação além daqueles tratados nos itens anteriores da presente ata.

26. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, superintendente encerrou a reuniã0, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Itapecerica da Serra, 14 de outubro de 2026.

José Roberto dos Santos
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação: CP RPPS CGINV II (Intermediário)

Alex Domingues de Castro Santos
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação: CP RPPS CGINV III (Avançado)

Rafael de Jesus Freitas
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação CP RPPS CGINV I (Básico)

	RETORNO	META	
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA
2026	11,87%	8,38%	ACIMA

Retorno	meta
56,83%	75,63%

ANEXO I. QUADRO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Análise do Comitê sobre a execução orçamentária:

Conclusão: ☒ compatível ☐ atenção ☐ necessidade de ajuste

Providências: Manutenção e acompanhamento continuo

Impacto sobre liquidez e investimentos: O resultado da execução orçamentária no acumulado do ano (superávit de R$ 60.820.831,13) é compatível com a manutenção da liquidez necessária ao pagamento de benefícios e permite a continuidade do plano de aplicações vigente. [Detalhamento a complementar pelo Comitê]

Grupo	No mês (R$)	Acumulado no ano (R$)	Previsto/Orçado 2026 (R$)	Execução (%)
Receitas de contribuições – servidores	2.168.863,37	20.641.058,73	27.580.000,00	74,84%
Receitas de contribuições – ente/patronal	3.635.807,46	39.130.661,71	54.400.000,00	71,93%
Compensação previdenciária	114.103,94	1.000.324,15	4.500.000,00	22,23%
Parcelamentos e outras receitas previdenciárias	249.969,06	2.139.892,78	1.102.000,00	194,18%
Receitas financeiras/orçamentárias (receita patrimonial)	778.748,65	17.568.643,79	6.101.000,00	289,60%
Benefícios previdenciários (inativos + pensionistas)	2.167.032,55	18.456.235,37	32.503.000,00	56,78%
Despesas administrativas (pessoal + custeio + investimentos)	383.365,57	2.327.427,88	10.859.000,00	21,43%
Outras despesas previdenciárias (precatórios)	0,00	945,00	3.000,00	31,50%
Resultado da execução (receitas – despesas)	4.532.778,40	60.820.831,13	-	-
Recursos potencialmente disponíveis para investimentos	4.532.778,40	60.820.831,13	-	-

Nota: Receitas totais no mês/ano incluem ainda "outras receitas correntes" não segregadas em categoria própria no modelo (R$ 135.683,84 no mês / R$ 1.024.858,22 no ano, referentes principalmente à remuneração de depósitos bancários da taxa de administração). "Resultado da execução" e "Recursos potencialmente disponíveis" foram calculados pela diferença entre a Receita

Arrecadado total (R$ 7.083.176,52 no mês / R$ 81.605.439,38 no ano) e a Despesa Liquidada total (R$ 2.550.398,12 no mês / R$ 20.784.608,25 no ano), conforme Balancetes da Receita (09/2026) e da Despesa (OFR00451, emitido em 20/10/2026).

Finalidade: registrar a execução orçamentária que subsidia a análise do Comitê sobre geração de recursos, necessidade de liquidez e capacidade de novas aplicações.

Item	No mês	No ano	Previsto 2026	Atualizado	Saldo
Receita total arrecadada	7.083.176,52	81.605.439,38	93.688.000,00	93.688.000,00	12.082.560,62
Despesa total liquidada	2.550.398,12	20.784.608,25	93.688.000,00	93.688.000,00	72.903.391,75
Despesa total paga	2.510.993,45	20.728.114,61	93.688.000,00	93.688.000,00	72.959.885,39
Resultado orçamentário (receita – despesa liquidada)	4.532.778,40	60.820.831,13	-	-	-

ANEXO II. FLUXO DE CAIXA E INVESTIMENTOS

Posição de liquidez da carteira (base: relatório LEMA, Set/2026):

Análise do Comitê: compatibilidade do fluxo de caixa com benefícios, despesas e estratégia de investimentos: 70,85% da carteira está aplicada com liquidez de até 30 dias (R$ 439.555.236,78), volume muito superior à necessidade mensal de pagamento de benefícios e despesas administrativas (R$ 2.550.398,12/mês). [Conclusão final a ser deliberada pelo Comitê]

Horizonte de liquidez	Valor (R$)	% da carteira	Necessidades projetadas	Conclusão
Até 30 dias	439.555.236,78	70,85%	Cobertura de benefícios/despesas do mês (~R$ 2,5 mi)	Compatível
31 a 90 dias*	45.863.283,66	7,39%	acumulação de recursos para benefícios futuros.	Compatível
91 dias a 1 ano*	21.404.642,03	3,45%	acumulação de recursos para benefícios futuros.	Compatível
1 a 5 anos*	61.329.492,97	9,89%	acumulação de recursos para benefícios futuros.	Compatível
Acima de 5 anos*	52.267.034,70	8,42%	acumulação de recursos para benefícios futuros.	Compatível

*Nota: O relatório LEMA segrega a liquidez em "0 a 30 dias", "31 a 180 dias", "181 a 365 dias", "1 a 2 anos" e "acima de 2 anos". Os valores acima foram mapeados de forma aproximada às faixas do modelo (marcadas com *): "31 a 90 dias" = faixa "31 a 180 dias"; "91 dias a 1 ano" = faixa "181 a 365 dias"; "1 a 5 anos" = faixa "1 a 2 anos"; "acima de 5 anos" = faixa "acima de 2 anos". Recomenda-se validar essas faixas com o gestor/consultoria, pois a fonte não permite segregação exata nos intervalos do modelo.*

Finalidade: demonstrar a posição financeira, os ingressos e desembolsos previstos e realizados e a relação dessas informações com as movimentações da carteira.

Movimento	Conta/Fundo	Entrada (R$)	Saída (R$)	Saldo (R$)	Destinação/Justificativa
Contribuições recebidas	Consolidado (servidor + patronal)	5.804.670,83	-	-	Arrecadação de contribuições set/2026
Compensação/parcelamentos	Consolidado	364.073,00	-	-	Compensação previdenciária + parcelamentos patronais
Pagamento de benefícios	Inativos + Pensionistas	-	2.167.032,55	-	Folha de benefícios liquidada em set/2026
Despesas administrativas	Pessoal + Custeio + Investimentos	-	383.365,57	-	Despesas administrativas liquidadas em set/2026
Aplicações realizadas	Carteira LEMA	-	39.964.053,34	-	Aplicações no período (destaque: Caixa Topázio Corporativo FIF, R$ 24.000.000,00)
Resgates realizados	Carteira LEMA	36.278.277,89	-	-	Resgates no período (destaque: Caixa Brasil Gestão Estratégica FIC RF, R$ 14.341.914,29 — encerramento da posição)
Cupons/amortizações/vencimentos	Carteira LEMA	0,00	-	-	Sem amortizações informadas no relatório LEMA de setembro/2026

ANEXO III. RENTABILIDADE E META ATUARIAL

Indicadores complementares:

☒ retorno acima da meta ☐ retorno abaixo da meta ☐ necessidade de revisão/monitoramento específico

Manifestação do Comitê: no mês de setembro/2026 a rentabilidade da carteira (1,49%) superou a meta atuarial (1,29%), com gap positivo de 0,20 p.p. No acumulado do ano, a rentabilidade (11,87%) também superou a meta (8,38%), gap de 3,49 p.p. [Manifestação final a ser deliberada pelo Comitê]

Indicador	Resultado	Período	Fonte	Análise/observação
Retorno da carteira	1,49% (mês) / 11,87% (acum. ano)	Set/2026	Relatório LEMA — Dashboard	Acima da meta atuarial no mês e no ano
Meta atuarial	1,29% (mês) / 8,38% (acum. ano) — IPCA + 5,72% a.a.	Set/2026	Relatório LEMA — Metas	Meta 2026 definida na Política de Investimentos
Volatilidade/risco de mercado	VaR (1,252 dias): 0,37%	Set/2026	Relatório LEMA — Dashboard	-
Liquidez	70,85% da carteira em até 30 dias	Set/2026	Relatório LEMA — Distribuição	-
Enquadramento	100% enquadrado à Resolução CMN 5.272/2025	Set/2026	Relatório LEMA — Enquadramentos 5.272	Maior concentração: FI RF Ref. 100% TN – 7,I (53,12%)
Resultado acumulado	Gap de +3,49 p.p. (retorno 11,87% x meta 8,38%)	Jan–Set/2026	Relatório LEMA — Metas	Retorno em R$: 54.332.762,88

Finalidade: registrar o acompanhamento mensal e acumulado do retorno da carteira em comparação com a meta atuarial e demais referências definidas na Política de Investimentos.

Mês	PL inicial (R$)	PL final (R$)	Meta mês	Retorno mês (R$)	Retorno mês (%)	Gap
Janeiro	524.232.239,07	542.974.346,11	0,79%	9.640.621,14	3,57%	2,78 p.p.
Fevereiro	542.974.346,11	552.599.496,83	1,16%	5.547.881,77	1,06%	-0,11 p.p.
Março	552.599.496,83	558.117.180,49	1,34%	1.714.470,83	0,30%	-1,05 p.p.
Abril	558.117.180,49	570.716.965,44	1,14%	8.488.312,56	1,52%	0,38 p.p.
Maio	570.716.965,44	578.961.125,01	1,05%	4.102.363,16	0,72%	-0,33 p.p.
Junho	578.961.125,01	585.689.679,44	0,63%	3.907.182,22	0,67%	0,04 p.p.
Julho	585.689.679,44	596.991.022,39	0,53%	5.504.718,67	0,94%	0,41 p.p.
Agosto	596.991.022,39	607.650.989,55	0,14%	6.339.933,39	1,06%	0,91 p.p.
Setembro	607.650.989,55	620.430.507,03	1,29%	9.087.279,14	1,49%	0,20 p.p.

Nota: A coluna "Aplicações/Resgates" e os totais acumulados de retorno/meta por mês não estão disponíveis de forma discriminada mês a mês no relatório LEMA (apenas o total do período e o total anual são informados). Total 2026 (jan–set): Retorno acumulado 11,87% x Meta acumulada 8,38% = Gap +3,49 p.p.; Retorno em R$ 54.332.762,88. Outubro a dezembro/2026 permanecem [PREENCHER] pois ainda não decorridos.

ANEXO IV. RENTABILIDADE POR FUNDO/ATIVO

Para os ativos/fundos que demandarem análise específica, registrar:

Análise de concentração e aderência ao ALM/Política de Investimentos: A carteira está concentrada em Renda Fixa (80,33%), com destaque para FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN – 7,I (53,12% / R$ 329,5 milhões). Renda Variável representa 12,67%, Fundos Estruturados 6,97% e Fundos Imobiliários 0,03%. [Análise detalhada de concentração por gestor/emissor e aderência ao ALM a ser complementada pelo Comitê]

Posição consolidada por ativo/fundo — Setembro/2026 (fonte: Relatório LEMA):

Ativo/Fundo	CNPJ	Enq. 5.272	Saldo (R$)	% Carteira	Retorno mês (R$)	Retorno mês (%)	Tx Adm
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP	03.543.447/0001-03	6.354.455,73	6.480.608,90	1,04%	126.173,17	1,99%	0,20%
BB IMA-B TP FI RF	07.442.078/0001-05	7.657.392,20	7.897.163,18	1,27%	239.775,98	3,13%	0,21%
BB IDKA 2 TP FI RF PREVID	13.322.205/0001-35	4.992.843,27	5.076.774,19	0,82%	93.930,92	1,89%	0,21%
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF	35.292.588/0001-89	14.600.585,56	14.741.588,79	2,38%	141.003,23	0,97%	0,30%
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS	49.963.751/0001-00	22.543.354,63	22.945.513,29	3,70%	402.158,66	1,78%	0,16%
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	42.592.315/0001-15	49.146,24	44.712,67	0,01%	388,13	0,83%	1,75%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI RF	11.061.217/0001-28	14.103.394,84	9.319.823,27	1,50%	216.428,43	1,71%	0,20%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF	11.060.913/0001-10	9.861.628,72	10.058.551,29	1,62%	196.922,57	2,00%	0,20%

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ativo/Fundo	CNPJ	Enq. 5.272	Saldo (R$)	% Carteira	Retorno mês (R$)	Retorno mês (%)	Tx Adm
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	23.215.097/0001-55	14.197.298,16	0,00	0,00%	144.616,13	1,02%	0,40%
CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A RF LP	45.163.710/0001-70	16.958.036,97	17.260.158,57	2,78%	292.061,60	1,72%	0,20%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	14.508.643/0001-55	881.847,46	239.939,17	0,04%	21.338,96	0,56%	0,80%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	56.235.382,20	56.848.622,02	9,16%	613.239,82	1,09%	0,20%
CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	43.443.514/0001-50	17.695.308,89	17.931.912,67	2,89%	236.603,78	1,34%	0,20%
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	19.769.046/0001-06	21.037.637,37	21.566.520,22	3,48%	528.882,85	2,51%	0,20%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	24.634.187/0001-43	11.804.057,90	11.927.128,67	1,92%	123.070,77	1,04%	0,15%
SANTANDER FI IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RENDA	13.455.197/0001-03	10.735.168,57	10.959.303,46	1,77%	224.134,89	2,09%	0,20%
BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP FIC FIF	63.197.387/0001-38	13.805.684,61	13.641.739,01	2,20%	135.295,71	0,99%	1,00%
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF	63.197.167/0001-04	39.469.434,37	39.884.189,03	6,43%	414.754,66	1,05%	0,20%
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF REF DI	11.061.230/0001-87	38.237.765,94	62.720.901,61	10,11%	483.135,67	0,78%	0,10%
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	03.737.206/0001-97	20.399.290,91	20.618.372,91	3,32%	219.082,00	1,07%	0,20%
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP	05.536.532/0001-72	2.650.770,56	2.678.818,85	0,43%	28.048,29	1,06%	0,40%
ITAU INSTITUCIONAL JANEIRO RF LP FIFCIC	52.156.446/0001-03	22.729.589,00	23.035.006,70	3,71%	305.417,70	1,34%	0,50%
CLARITAS FI RF CRÉDITO PRIVADO LP	11.447.136/0001-60	6.234.436,05	6.299.506,44	1,02%	65.070,39	1,04%	0,50%
SOMMA TORINO FI RF CP LP	28.206.220/0001-95	8.975.152,87	9.072.560,14	1,46%	97.407,27	1,09%	0,50%
DAYCOVAL CLASSIC FI RF CRÉDITO PRIVADO	10.783.480/0001-68	7.653.960,21	7.738.578,37	1,25%	84.646,26	1,11%	0,37%
DAYCOVAL CLASSIC TÍTULOS BANCÁRIOS FIF	50.235.197/0001-16	3.985.013,64	4.028.945,50	0,65%	43.931,86	1,10%	-
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	09.550.197/0001-07	11.929.515,88	12.068.889,10	1,95%	239.353,22	2,02%	2,00%
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	9.451.917,04	10.053.209,08	1,62%	601.292,04	6,36%	1,50%
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	3.790.313,45	4.015.764,94	0,65%	225.451,49	5,95%	2,00%
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	11.182.064/0001-77	7.042.083,77	7.378.404,56	1,29%	336.320,79	4,40%	2,00%
SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES	13.455.174/0001-90	9.492.553,17	9.883.495,32	1,59%	450.942,15	4,78%	1,10%
ITAÚ ACOES S&P500 BRL RESP LTDA	26.269.692/0001-61	6.020.057,90	6.039.846,68	0,97%	19.788,78	0,33%	0,05%
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	05.964.067/0001-60	5.694.741,8..	5.873.458,79	0,95%	178.716,98	3,14%	2,00%
BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	22.632.237/0001-28	8.670.920,96	8.816.365,75	1,42%	145.444,79	1,68%	1,00%
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	17.502.937/0001-68	13.657.648,51	13.906.742,38	2,24%	249.093,87	1,82%	0,70%

Ativo/Fundo	CNPJ	Enq. 5.272	Saldo (R$)	% Carteira	Retorno mês (R$)	Retorno mês (%)	Tx Adm
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO	14.239.659/0001-00	10.967.273,38	11.065.526,39	1,78%	98.253,01	0,90%	1,60%
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO	30.036.235/0001-02	10.375.505,40	10.404.972,93	1,68%	29.467,53	0,28%	0,80%
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO FI MULTIM.	55.274.339/0001-78	6.628.704,14	6.765.327,80	1,09%	136.623,66	2,06%	1,15%
ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM	35.637.151/0001-30	9.661.253,86	10.012.919,77	1,61%	351.665,91	3,64%	-
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO	14.120.520/0001-42	4.915.781,47	4.969.730,36	0,80%	53.948,89	1,10%	0,70%
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERV.	13.584.584/0001-31	163.338,00	205.339,20	0,03%	42.001,20	25,71%	1,60%
TÍTULOS PRIVADOS (Letras Financeiras - consolidado)	-	94.891.358,04	95.342.753,17	15,37%	451.395,13	0,48%	-

Nota: Colunas "Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Legal, Sistêmico, Providência" da tabela de riscos e "Gestor, Meta/Benchmark, Risco/Observação" do quadro detalhado não constam nas fontes fornecidas e permanecem [PREENCHER] — dependem de classificação de risco a ser realizada pelo Comitê/consultoria, e de mapeamento manual gestor-por-fundo (disponível de forma agregada apenas por Gestor/Administrador/Benchmark nas páginas de "Distribuição" do relatório LEMA, não por fundo individual).

ANEXO V. POSIÇÃO DE LETRAS FINANCEIRAS

Controle de concentração por emissor e monitoramento:

Conclusão do Comitê sobre manutenção, vencimento ou eventual nova exposição: [A SER DELIBERADO PELO COMITÊ]

Diligência/documentos analisados no período. [A SER DELIBERADO PELO COMITÊ]

Emissor	Valor atual (R$)	% carteira	% por emissor
Banco Daycoval	30.883.165,96	4,98%	4,98%
Santander	40.871.534,71	6,59%	6,59%
Itaú	14.326.067,06	2,31%	2,31%
Bradesco	9.251.985,44	1,49%	1,49%

Nota: Percentuais por emissor calculados sobre o total de Letras Financeiras (R$ 95.342.753,17 / 15,37% do patrimônio total). Colunas "Limite aplicável", "Situação", "Última análise" e "Providência" dependem de parâmetros da Política de Investimentos não fornecidos e permanecem [PREENCHER].

Finalidade: manter controle individualizado das Letras Financeiras existentes, com registro de emissor, vencimento, remuneração, marcação, concentração e monitoramento de risco.

Título	Vencimento	Data compra	Qtd.	Marcação	Valor compra (R$)	Valor atual (R$)	Retorno
LF Banco Daycoval IPCA	16/12/26	16/02/22	650	CURVA (7,23%)	7.500.000,00	11.618.944,78	85.249,20 (0,74%)
LF Bradesco IPCA	17/09/27	17/09/25	40	CURVA (8,38%)	2.000.000,00	2.270.896,69	17.730,19 (0,79%)

Título	Vencimento	Data compra	Qtd.	Marcação	Valor compra (R$)	Valor atual (R$)	Retorno
LF Banco Daycoval IPCA	25/10/27	24/10/24	110	CURVA (7,08%)	5.500.000,00	6.851.139,05	27.908,91 (0,41%)
LF Itaú IPCA	17/12/27	17/12/25	100	CURVA (8,31%)	5.000.000,00	5.517.278,49	36.382,15 (0,66%)
LF Santander IPCA	08/05/28	07/05/24	200	CURVA (6,29%)	10.000.000,00	12.907.244,39	74.435,00 (0,58%)
LF Itaú IPCA	18/12/28	18/12/25	60	CURVA (8,21%)	3.000.000,00	3.306.344,16	20.698,76 (0,63%)
LF Santander IPCA	23/04/29	23/04/24	200	CURVA (6,30%)	10.000.000,00	12.895.984,05	24.308,48 (0,19%)
LF Santander IPCA	21/05/29	19/05/25	160	CURVA (7,52%)	8.000.000,00	9.274.407,08	26.280,72 (0,28%)
LF Banco Daycoval IPCA	02/10/29	02/10/24	100	CURVA (7,10%)	5.000.000,00	6.279.171,41	18.060,47 (0,29%)
LF Itaú IPCA	17/12/29	17/12/25	100	CURVA (7,95%)	5.000.000,00	5.502.444,41	34.745,81 (0,64%)
LF Banco Daycoval IPCA	04/02/30	05/02/25	100	CURVA (8,28%)	5.000.000,00	6.133.910,72	24.652,42 (0,40%)
LF Bradesco IPCA	20/05/30	13/05/25	120	CURVA (7,75%)	6.000.000,00	6.991.088,75	44.614,53 (0,64%)
LF Santander IPCA	20/05/30	19/05/25	100	CURVA (7,50%)	5.000.000,00	5.793.899,19	16.328,49 (0,28%)

Nota: Total Global de Letras Financeiras (Privados): rentabilidade 7,27% no período informado, Valor de compra R$ 77.000.000,00, Valor atual R$ 95.342.752,17, Retorno R$ 451.395,13 (0,48%).

REFERÊNCIAS NORMATIVAS E INSTITUCIONAIS

- Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.2, especialmente os requisitos aplicáveis aos Níveis I, II e III;
- Resolução CMN nº 5.272/2025;
- Portaria MTP nº 1.467/2022;
- Política de Investimentos vigente do ITAPREV;
- Estudo de ALM vigente e respectiva documentação atuarial;
- Demais normas e documentos internos aplicáveis.